

**O PAPEL DAS FEIRAS LIVRES NO FORTALECIMENTO DE SISTEMAS
ALIMENTARES LOCAIS
THE ROLE OF FARMERS' MARKETS IN STRENGTHENING LOCAL FOOD
SYSTEMS**

Erick José de Paula Simão

Doutorando em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).
erickjosesimao@gmail.com

Fernanda Refosco Porto

Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).
refosco.porto@ufrgs.br

Beatriz Ribeiro Rocha

Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).
beatrizribeirorocha075@gmail.com

Maria Sirlene da Cruz

Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS)
sirlenecruz.mg@gmail.com

GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo.

Resumo

Diante dos desafios enfrentados no contexto atual, este estudo evidencia as feiras livres como alternativas viáveis e dinâmicas ao sistema agroalimentar convencional. Longe de serem substitutas das grandes redes varejistas, as feiras coexistem e resistem, destacando-se por valorizarem aspectos locais como cultura, economia e relações sociais. Mais do que um modelo distinto de comercialização de alimentos, as feiras se configuram como espaços de interação, resistência e fortalecimento de vínculos entre produtores, consumidores e comunidades. A confiança é construída pela proximidade, sendo a qualidade dos produtos atrelada aos sujeitos envolvidos, e não apenas à certificação. Do ponto de vista econômico, as feiras promovem a circulação de capital nos municípios, redistribuem renda e fortalecem os agentes locais. Assim, o presente estudo reforça a importância das feiras livres como ferramentas de desenvolvimento rural e segurança alimentar, evidenciando a necessidade de maior reconhecimento e incentivo a esses espaços como pilares na construção de sistemas alimentares alternativos.

Palavras-chave: Feiras Livres. Mercados. Comercialização. Agricultura Familiar.

Abstract

Given the challenges faced in the current context, this study highlights street markets as viable and dynamic alternatives to the conventional agri-food system. Far from being substitutes for large retail chains, street markets coexist and resist, standing out for valuing local aspects such as culture, economy and social relations. More than a distinct model of food marketing, street markets are spaces for interaction, resistance and strengthening of bonds between producers, consumers and communities. Trust is built through proximity, with the quality of products being linked to the subjects involved, and not just to certification. From an economic point of view, street markets promote the circulation of capital in municipalities, redistribute income and strengthen local agents. Thus, this study reinforces the importance of street markets as tools for rural development and food security, highlighting

the need for greater recognition and encouragement of these spaces as pillars in the construction of alternative food systems.

Key words: Street markets. Markets. Marketing. Family farming.

1. Introdução

As feiras livres desempenham um papel fundamental na dinâmica urbana de muitas cidades, sendo mais do que simples espaços de comércio. Elas representam importantes espaços de sustentação da economia local e regional, valorização dos saberes locais e contribuem significativamente para a diversidade alimentar. Em 2015 o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, havia identificado no Brasil mais de seis mil redes alternativas de comercialização de alimentos, esses locais são popularmente conhecidos como “feiras livres”. Na literatura acadêmica, podem ainda ser encontradas através de outros nomes, como “redes agroalimentares alternativas”, ou “espaços-feira”, também como “pontos de comercialização da agricultura familiar” e “feiras agroecológicas”, e recorrentemente aparecem em trabalhos sobre “cadeias curtas”.

É possível constatar um crescente interesse por esses locais, que caíram no gosto não só de consumidores e feirantes, mas também, desde o fim do século XX, no gosto de pesquisadores ávidos por desvendar a dinâmica que se constrói dentro deste espaço e sobre os acordos firmados pelos seus diferentes atores. Os pesquisadores têm destinado tempo em estudos a fim de desvendar as feiras livres.

Conforme Souza et al. (2014) e Dantas (2008), as feiras livres tiveram sua origem associada à reativação das atividades mercantis na Europa, durante a passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Na era feudal, a estrutura econômica era predominantemente rural e voltada para a subsistência, resultando em um volume reduzido de trocas comerciais e na ausência de uma produção em larga escala. Com o avanço das técnicas agrícolas, a produtividade aumentou, gerando excedentes que estimularam a ampliação das atividades comerciais e contribuíram para a urbanização europeia. Esse cenário favoreceu a transição do feudalismo para o capitalismo, fomentando o surgimento de mercados temporários e feiras de grande porte, que desempenharam um papel essencial no intercâmbio de mercadorias e no fortalecimento da economia.

As feiras livres têm uma longa trajetória histórica, existindo desde, pelo menos, a Idade Média, quando já cumpriam a função de abastecer pequenas cidades. No contexto brasileiro, a presença desses espaços destinados às atividades comerciais e ao suprimento de alimentos remonta à época da colonização, desempenhando também um papel significativo nas interações sociais e manifestações culturais (Souza et al., 2014). Assim, as feiras livres, no Brasil, se caracterizam por sua ampla diversidade, refletindo as particularidades de cada região. Esses espaços desempenham um papel essencial na economia local, gerando renda para os feirantes por meio da venda de seus produtos. Além disso, favorecem a interação direta entre produtores, comerciantes e consumidores, fortalecendo os laços sociais e a dinâmica do comércio (Araújo e Ribeiro, 2018; Ribeiro, 2007).

No entanto, com a modernização do sistema agroalimentar, o convencional, desde o fim do século XX, internacionalizou-se, a alimentação “globalizada” dita à pauta produtiva, influencia a distribuição e o consumo de alimentos, afetando diferentes camadas da população. Em contraponto, criaram-se consumidores desconfiados com o alimento, desconectados do local, consumindo produtos sem identidade.

As grandes empresas do sistema agroalimentar contemporâneo agregam a sua presença a cada uma das etapas do alimento, desde a criação dos bens necessários para crescer e processar cada um dos ingredientes, como todo o processo desde que saem da terra e viram mercadorias. Como em uma extensa rede, as corporações traçam uma intrincada interdependência da tecnologia que produzem, com alterações de sementes, maquinários específicos e remédios para as plantações monocultoras em países do Sul Global (tal qual o Brasil), calculando

cientificamente até o sabor dos alimentos para conduzi-los a um fim comercial. Participam do processamento até o consumidor final, sendo responsáveis, em grande parte, por estimularem o consumo para atender os interesses da grande indústria, homogeneizando os comportamentos alimentares com o fim de controlar os ganhos que o desejo e a necessidade pela alimentação podem produzir (IPES-Food, 2024).

Ao lançar o olhar sobre as feiras livres e o conjunto de relações ali firmadas, o objetivo deste trabalho é compreender como a ocorrência das feiras livres é uma alternativa frente ao sistema agroalimentar moderno, demonstrando sua importância para o abastecimento alimentar e para dinâmicas de consumo enraizadas em contextos sócio-históricos específicos.

2. Metodologia

Para alcançar o objetivo deste estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, por meio de buscas em sites de pesquisas como o Google Acadêmico, SCIELO, portal de periódicos da CAPES e repositórios de Universidades Federais disponíveis online.

Para alcançar artigos e trabalhos escritos a respeito de feiras livres e espaços feiras, a pesquisa unificava dois termos, o primeiro “feiras livres” +, o segundo, a depender dos seguintes temas: i) contradições do sistema agroalimentar moderno; ii) questões culturais no provimento de alimentos; iii) alimentação segura; iv) alimento e território; com esses quatro temas, foram conduzidas buscas individuais, iniciadas por, como exemplo, feiras livres e contradições do sistema alimentar moderno, até alcançar o tema “iv”.

Dado as limitações do pesquisador e a quantidade de trabalhos escritos que puderam ser encontrados nos sites de pesquisa, foram adotados como critérios, para a seleção dos textos, aqueles que apresentavam “título”, “palavras-chave” e “resumo”, que estivessem mais vinculados a este estudo, bem como, ao olhar do pesquisador, tivessem mais relevância nos sites de pesquisa, com mais citações e utilizações.

Faz-se necessário ressaltar que, alguns trabalhos que compõem este estudo foram conseguidos também por meio da rede de apoio dos pesquisadores, e por contato prévio dos autores com os textos.

3. O sistema agroalimentar e as feiras livres

O sistema agroalimentar contemporâneo é, de diversas formas, interconectado e altamente globalizado. Adentrando muitas frentes de atuação, a financeirização da alimentação tornou-se um mercado fortemente lucrativo, e as companhias monopolizam todos os processos disponíveis ao longo das cadeias produtivas até que o alimento esteja em seu consumidor final. A concentração de recursos nestas poucas companhias fornece poder de mercado, afetando o preço dos alimentos produzidos e impondo barreiras à entrada de novos ou menores produtores. Essas limitantes afetam as escolhas e a autonomia dos produtores, que se veem em um jogo de xadrez entre reduzir custos para lucros viáveis e o frequente processo de encarecimento de insumos, maquinários e outras necessidades básicas para manter a produção (Clapp, 2025).

Muito da especialização do maquinário do campo que acaba por tornar processos tradicionais obsoletos e menos eficientes advém de investimentos específicos realizados por estes mesmos conglomerados de empresas, visam promover ainda mais essa restrição de acesso desde a produção, produzindo entraves tecnológicos com patentes de sementes, insumos e outras necessidades fundamentais criadas para aumentar a produtividade. Não por menos, todos esses processos monopolizados por diminutos grupos acabam por acumular muito poder na mão de poucos, aumentando as capacidades de negociação e a criação de *lobbys* que dominam as discussões políticas a seu favor. Todas as etapas culminam em um sistema altamente especializado que restringe em vez de integrar, externalizando os custos sociais e ambientais dessas produções meramente voltadas ao lucro, e reforçando as iniquidades sociais, estimuladas

por Estados que lhe dão mais voz e liberdade do que aos interesses coletivos das nações (Clapp, 2025).

O resultado é que essas múltiplas etapas altamente especializadas e distribuídas em um sistema global de produção, que se aproveita dos melhores custos e menores retornos sociais possíveis, leva à homogeneidade dos produtos alimentares consumidos, e no forte controle por poucas corporações daquilo que vai aos pratos dos consumidores finais. O relatório do IPES-Food (2024) aponta que, mesmo que a rede produtiva dos sistemas agroalimentares atualmente apareça por praticamente todos os países do mundo, apenas oito países dominam amplamente a rede de comércio agroalimentar (Reino Unido, Estados Unidos, China, Rússia, Alemanha, Países Baixos, Brasil e Itália) – cada um comercializando com pelo menos 77% dos demais países. Eles apontam ainda que, em 2019, apenas sete empresas comercializadoras de grãos controlavam pelo menos 50% do comércio global de grãos, enquanto seis grandes corporações controlavam 78% do mercado de agroquímicos e 58% do mercado de sementes comerciais. E a tendência é de maiores monopólios e *lobbies* conforme a intensificação de atividades comerciais globais, uma predisposição geral do capitalismo em si (IPES-Food, 2024).

Apesar de afirmarem que promovem a segurança alimentar e o acesso aos alimentos, essas grandes redes de corporações não só não produzem esses resultados como geram grandes riscos e vulnerabilidades. A concentração de vendas em supermercados é não somente frequente no Sul Global, mas um sintoma de algo maior: a dependência do abastecimento de produtos alimentares das cidades nas mãos de grandes corporações varejistas. Por dados do IPES-Food, cerca de 92% de todo o volume de vendas é oriundo de um número restrito de estabelecimentos como supermercados, normalmente vinculados a uma mesma rede de comércio e propriedade. Em situações emergenciais e de crise, esses espaços sofrem com o desabastecimento e quebra das linhas de comércio, gerando uma contínua reação em cadeia que pode afetar drasticamente a segurança alimentar e nutricional das populações, indicando como essa dependência é problemática (IPES-Food, 2024).

Em contraponto, desde o fim do século XX os registros de feiras livres demonstram que pelo menos metade da população urbana brasileira acessa alimentos em feiras, em municípios menores estes valores podem alcançar até 1/3 da população (Araújo; Ribeiro, 2018). Isto revelou que além de ser um instrumento de segurança no abastecimento alimentar, as feiras são também apreciadas pelos consumidores, principalmente pela confiança no alimento ali comercializado (Araújo; Ribeiro, 2018).

Segundo Araújo e Ribeiro (2018), as produções científicas a respeito de feiras se disseminaram a partir dos anos 2000, se reservando, principalmente, em caracterizar esses locais e suas relações, tratando dos alimentos e tipos de produtos em segundo plano. No entanto, ao caracterizar a feira como alternativa ao sistema agroalimentar convencional, neste trabalho entende-se o alimento e as relações humanas como os principais instrumentos da feira. Essa discussão também envolve a compreensão das redes alimentares alternativas (Sonnino; Marsden, 2006) e das cadeias curtas de comercialização (Gazolla; Schneider, 2017), que reconhecem as feiras como espaços centrais de troca e escoamento da produção.

As cadeias curtas de produção, nas quais as feiras se inserem, e o abastecimento de alimentos operam com base em normas específicas — como o conhecimento mútuo, o respeito e a reciprocidade — que assumem diferentes relevâncias conforme o território em que se inserem. Essas dinâmicas, portanto, constituem uma alternativa aos mercados globalizados, dominados por grandes redes varejistas e produtos agroindustrializados (Renting et al., 2003; Belletti e Marescotti, 2020). Para Ploeg (2016), ao construir mercados mais próximos, valorizar práticas locais e garantir tanto o acesso a alimentos quanto a geração de renda, os circuitos curtos desempenham um papel significativo no fortalecimento do desenvolvimento rural.

Conforme Pereira et. al. (2023) as feiras livres configuram-se como canais fundamentais de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, exercendo um papel

relevante tanto na esfera econômica quanto na dimensão cultural. Esses espaços viabilizam o acesso direto da população a alimentos locais e regionais de qualidade, geralmente oferecidos a preços mais acessíveis, o que contribui para a democratização do consumo e o fortalecimento das economias locais. Para além da função mercantil, as feiras livres constituem importantes arenas de socialização, expressão da identidade regional e cultural, além de servirem como espaços de articulação política, promovendo o intercâmbio de produtos, pessoas, saberes e práticas culturais, em um movimento que se integra organicamente à paisagem e à vida social da localidade onde se inserem.

Compreendidas como espaços de integração cultural, social e econômica, as feiras produzem transformações significativas no contexto social das comunidades em que se estabelecem. Elas garantem o escoamento da produção da agricultura familiar e asseguram uma importante fonte de renda para os produtores, sendo, portanto, estratégias para a manutenção e o fortalecimento dessas famílias no campo. Ademais, as feiras livres são reconhecidas como expressões dos chamados Circuitos Curtos de Comercialização (CCCs), caracterizados pela ausência ou mínima presença de intermediários entre produtores e consumidores, além da valorização da proximidade — tanto geográfica quanto relacional — entre quem produz e quem consome (Schneider, 2016). Essa configuração promove relações mais diretas, transparentes e solidárias, fortalecendo laços de confiança e sustentabilidade nos sistemas alimentares locais.

As feiras livres são locais que reúnem em seu interior diversos atores que se diferenciam entre feirantes produtores, que são agricultores que comercializam sua própria produção; os ambulantes ou “atravessadores”, indivíduos que comercializam o que não produziram, compram e revendem; pequenos comerciantes, que não vendem alimento, mas outros produtos; trabalhadores ou agentes que atuam na feira por meio de instituições com outros fins, como prestadores de serviço de uma prefeitura; e os consumidores, indivíduos que nem sempre estão ali para comprar em um momento específico (Cassol, 2021).

A feira livre pode então ser compreendida como um ambiente de intercâmbios econômicos e de convivência social entre seus diferentes atores, que carrega com si aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais do local onde ela ocorre (Godoy e Dos Anjos, 2007).

O relatório do IPES-Food (2024) destaca que mercados territoriais, como as feiras livres, são espaços privilegiados para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural que compõem os sistemas alimentares locais. Ao contrário das cadeias de valor corporativas, que tendem a homogeneizar hábitos alimentares e apagar especificidades regionais, as feiras preservam práticas alimentares tradicionais, saberes locais e expressões culturais vinculadas ao território. Esses mercados permitem que agricultores e agricultoras ofereçam alimentos que respeitam sazonalidades, modos de preparo ancestrais e preferências culturais de suas comunidades, fortalecendo identidades coletivas e vínculos sociais. Além disso, são espaços onde línguas, rituais, receitas e formas de socialização encontram lugar, criando ambientes que reconhecem e legitimam diferentes formas de viver e produzir alimentos. Assim, o respeito cultural não é apenas um efeito colateral positivo das feiras, mas um de seus pilares estruturantes, essencial para a construção de sistemas alimentares mais justos, inclusivos e enraizados nos territórios (IPES-Food, 2024).

Nas investigações de Porto (2015) sobre os estudos conduzidos a respeito das feiras-livre, o autor concluiu que as feiras referem-se à cultura, pois são transmitidas de gerações para outras, estão expressas na paisagem da cidade onde se manifestam. A função das feiras livres não é só a de alimentar a população com alimento, elas possuem significados diversos que constroem sua territorialidade, permitindo sua permanência frente aos mercados convencionais (Porto, 2015).

A presença das feiras livres em um território tem efeitos diretos na preservação e no fortalecimento da cultura dos povos que ali vivem, enquanto sua ausência pode representar uma perda significativa de identidade e diversidade cultural. Quando esses mercados desaparecem

ou são substituídos por formas impessoais e padronizadas de distribuição de alimentos, como as redes de supermercados vinculadas às cadeias de valor corporativas, as culturas alimentares locais são ameaçadas pela homogeneização e pela perda de vínculos comunitários. A ausência das feiras enfraquece a circulação de conhecimentos tradicionais, reduz a visibilidade de saberes populares e compromete a reprodução cultural das comunidades, especialmente aquelas rurais e indígenas. Dessa forma, a manutenção e o fortalecimento das feiras livres é também uma estratégia de resistência cultural e de afirmação da soberania dos povos sobre seus territórios e modos de vida (Clapp, 2025; IPES-Food, 2024).

4. Feiras, alimentos e consumidores

Feiras livres são diversas, mas quanto ao alimento ali comercializado, na literatura, elas podem ser diferenciadas da seguinte forma: “convencionais”, são aquelas onde os alimentos vendidos são cultivados com técnicas que não recebem nenhum tipo de certificação, técnicas difundidas entre famílias; podem ser também “agroecológicas” e ou “orgânicas” podem ser “convencionais”, se vendem alimentos produzidos com técnicas corriqueiras; “agroecológicas” ou “orgânicas”, essas técnicas demandam certificação (Araújo; Ribeiro, 2018).

No entanto, na busca por alimentos em feiras livres, consumidores ao estabelecerem relações, mesmo que indiretas, com os feirantes, confiam no produto de modo a compreender que aquele é mais saudável se comparado ao adquirido em grandes varejistas, mesmo sem a certificação. Para Silva et al. (2017) a escolha dos compradores tem sido cada vez mais impactada por aspectos relacionados à qualidade nutricional. Os hábitos alimentares da população brasileira estão passando por mudanças, o que tem estimulado a procura por alimentos frescos, com origem e processos claros, e que contribuam para a saúde. Cassol e Schneider (2017) diferenciam os consumidores entre aqueles que “só vem comprar” e os “fiéis”, de forma geral, os primeiros não estão ali criando laços com os feirantes, enquanto os segundos criam vínculos com o feirante e demonstram-se mais preocupados com a confiabilidade do produto. Por fim há também outro grupo de pessoas que frequentam as feiras, aquelas que não estão ali para comercializar nem para consumir, frequentam a feira com outros objetivos, como o de socializar, pode ser para reencontrar um parente ou “jogar conversa fora”.

Estudos em cidades no interior do Brasil demonstram que a qualidade do produto comercializado nas feiras é baseada na confiabilidade, consumidores comumente relacionam “qualidade” à forma como o alimento é produzido, “é bom, sem agrotóxico”. Este fato tem relação com a proximidade entre consumidor e feirantes, que é o que permite a troca de informações sobre a origem dos produtos, gerando laços de confiança (Brandão et al., 2015).

As feiras se iniciam fora do “espaço-feira”, na verdade, se dá na própria unidade de produção, já na escolha dos produtos a serem produzidos para a comercialização. Pauta produtiva remete à cultura, ao territorializar a comercialização de alimentos o sistema agroalimentar se reconfigura, pois a alimentação passa a fugir da globalização.

Isto se dá através dos diversos produtos que podem ser encontrados nas feiras livres, Azevedo & Silva (2006) em seus estudos nas feiras livres no Rio de Janeiro, encontraram uma diversidade de 127 espécies de plantas para fins terapêuticos e religiosos em espaço do município. Em Minas Gerais, Borges (2019) identificou entre os anos de 2018 e 2019 mais de 60 tipos de produtos que são frutos do agroextrativismo, em algumas feiras esses produtos estavam presentes em 26% dos pontos de venda.

Segundo Borges (2019) a cartela de produtos do extrativismo encontrado em feiras livres é também diversa, diferencia-se no decorrer do ano com pequi caroço, pequi fruto, óleo de pequi, diversos tipos de maxixe, umbu, panã, serralha. Parte desses produtos, tanto as plantas medicinais, quanto os frutos do extrativismo, não entram no circuito convencional de comercialização de alimentos, raramente encontrados em supermercados.

O alimento na feira livre é em si uma ferramenta relevante frente ao sistema agroalimentar, pois a pauta alimentar sem identidade intensifica a produção de alimentos globalizados, ignoram sazonalidade, entressafra e variedade locais. O oposto ocorre na feira livre, onde consumidores, parafraseando Cruz et al. (2022), “compram qualidade”, mas respeitando a sazonalidade.

5. Feira e economia local

As feiras livres representam uma forma de contestação a alguns princípios fundamentais do sistema tradicional, como a uniformização da alimentação, a padronização dos produtos e a presença de muitos intermediários na venda em larga escala.

As feiras livres se apresentam também como ferramenta de fortalecimento econômico nos locais e regiões em que ocorrem. Na agricultura familiar, esses espaços de comercialização desempenham um papel muito importante na consolidação deste grupo social, além disso, os ganhos dos feirantes circulam nos circuitos econômicos locais, e suas receitas chegam às mãos de comerciantes que são remunerados pelas aquisições de produtos ou serviços (Ribeiro, 2011).

Segundo Menezes (2021) incentivar a produção local é também incentivar a circulação do capital no território. Por meio das feiras livres feirantes garantem renda e sustento, combinam outras atividades com a feira, mas esta em sua maioria aparece como a principal fonte monetária desses indivíduos. Isto significa permitir a manutenção da família na terra, como lavradora, o que é também constituir-se como uma alternativa alimentar para populações urbanas (Lima; Fontana, 2019).

As feiras livres configuram-se como um canal fundamental de comercialização para a agricultura familiar, cuja importância é amplamente reconhecida. Elas se constituem em uma complexa teia de relações sociais, nas quais ocorrem trocas que vão além do aspecto material, abrangendo também dimensões imateriais como saberes sociais, históricos e culturais. Esses espaços públicos são, portanto, lugares de interação multifacetada, onde diferentes racionalidades — para além da econômica — se entrelaçam, como a comunitária, a religiosa, a familiar e a societária, contribuindo para a reprodução social e o fortalecimento das dinâmicas locais.

De acordo com Michellon et al. (2008), é justamente essa capacidade de promover a reprodução social entre produtores e consumidores que explica a resiliência das feiras livres frente aos modernos sistemas varejistas. A persistência desses espaços ao longo do tempo e sua permanência no território decorrem não apenas de sua funcionalidade econômica, mas principalmente do ambiente social que representam. Como destaca Braudel (2009), a força das feiras reside em sua simplicidade robusta: são mercados elementares, mantidos ao longo dos séculos por oferecerem produtos frescos, diretamente oriundos das hortas a preços acessíveis. Essa forma direta e transparente de troca — desprovida de intermediários — torna-se mais confiável e menos suscetível a fraudes, evidenciando a singularidade e a força estrutural das feiras livres no contexto dos sistemas alimentares locais.

Em alguns municípios no interior do Brasil a população urbana chega a movimentar na feira 50% da renda destinada a compra de alimentos, revelando o gosto de consumidores por produtos locais e a importância deste dinheiro para o movimento econômico desses municípios (Cruz et al. 2022). Por outro lado, quando a alimentação é baseada em produtos ofertados por grandes varejistas, raramente o dinheiro gasto pelo consumidor nestes locais movimenta a economia local.

Pelo contrário, grandes varejistas tendem a comprar de agricultores mais “especializados”, além de buscarem uma margem de lucro “maior”, se comparado aos preços praticados por agricultores locais. Neste sentido, a feira livre se apresenta como um espaço mais justo para o feirante e para o consumidor, além de fomentar a economia local.

6. Reflexões

Frente a tempos desafiadores, as feiras livres, segundo a literatura consultada neste trabalho, se apresentam como uma alternativa viável e dinâmica ao sistema agroalimentar convencional, não como substituta, mas como algo que vive e resiste, de forma concomitante com as grandes varejistas. Por outro lado, apenas as feiras consideram relevantes os aspectos locais, como a cultura, a economia e as relações sociais.

Neste estudo, pôde-se compreender que uma alternativa ao sistema agroalimentar convencional não se limita a um modelo distinto de comercialização de alimentos. Essa compreensão é fundamental, pois revela que o enfrentamento aos problemas estruturais do sistema alimentar vigente requer mais do que a simples substituição dos canais de distribuição ou a diversificação dos pontos de venda. Trata-se, antes, de um processo mais complexo e profundo, que envolve dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas.

As feiras livres, nesse contexto, configuram-se como espaços vivos de interação e convivência, onde ocorrem trocas que vão além do valor monetário. São ambientes em que os saberes locais, as tradições alimentares e os modos de vida dos produtores são valorizados e compartilhados com os consumidores. Essa dinâmica estabelece um campo fértil para a construção de vínculos sociais sólidos, promovendo o fortalecimento de indivíduos e de coletividades por meio da aproximação direta entre quem produz e quem consome.

Diferentemente do que ocorre nos grandes supermercados, onde o contato entre consumidor e produto é mediado por estratégias de marketing, embalagens padronizadas e certificações impessoais, nas feiras livres a confiança se constrói na experiência cotidiana e no diálogo. A qualidade dos alimentos, nesse cenário, não está apenas vinculada a selos ou normas institucionais, mas ao conhecimento direto sobre a origem dos produtos, às práticas agrícolas adotadas e ao histórico de relação com o produtor. Assim, os atributos do alimento passam a ser percebidos também a partir de critérios éticos, sociais e afetivos.

Além disso, esse ambiente favorece o fortalecimento das economias locais e de instituições comunitárias, uma vez que incentiva a organização coletiva, a cooperação entre feirantes e o engajamento com iniciativas de desenvolvimento rural sustentável. As feiras, portanto, não são apenas alternativas práticas, mas também simbólicas, pois expressam uma crítica ativa ao modelo hegemônico e propõem uma nova forma de pensar e vivenciar o sistema alimentar, ancorada em valores como solidariedade, transparência e justiça social.

Ao reconhecer essas múltiplas dimensões, torna-se evidente que as feiras livres exercem um papel estratégico na construção de sistemas agroalimentares mais justos, resilientes e enraizados nos territórios. Sua importância vai muito além da venda de alimentos: elas representam uma alternativa concreta de resistência e transformação social.

Do ponto de vista econômico, as feiras livres representam uma engrenagem essencial na dinâmica financeira local, atuando diretamente na circulação do capital dentro dos municípios. Por se tratar de espaços onde predominam pequenos produtores, agricultores familiares e comerciantes autônomos, os recursos financeiros movimentados tendem a permanecer na própria comunidade, promovendo o fortalecimento da economia local. Isso gera um efeito multiplicador positivo: ao adquirir produtos nas feiras, o consumidor contribui para a sustentabilidade de pequenos negócios, que por sua vez reinvestem na região, seja através da compra de insumos locais, da geração de empregos diretos ou do consumo em outros comércios próximos. Tal ciclo de valorização interna da renda contribui significativamente para a redução de desigualdades econômicas e para o estímulo à autonomia financeira dos agentes envolvidos.

Em contraste, os grandes varejistas, embora desempenhem um papel expressivo na distribuição de alimentos em escala, tendem a concentrar lucros e centralizar suas operações financeiras em grandes centros corporativos, muitas vezes alheios à realidade socioeconômica das localidades onde atuam. Nessas estruturas, o capital frequentemente é retirado do território onde é gerado, sendo direcionado a sedes distantes ou repassado a acionistas, sem

necessariamente retornar à comunidade em forma de investimento. Além disso, esses modelos de negócio favorecem uma padronização dos produtos e serviços, reduzindo a valorização da diversidade produtiva regional. Assim, as feiras livres, ao promoverem a redistribuição da renda de maneira mais equitativa e ao estimularem a economia circular em nível local, se consolidam como alternativas economicamente mais sustentáveis e socialmente inclusivas.

Enfim, este estudo é resultado de esforços para evidenciar que as feiras livres não apenas resistem às pressões do mercado globalizado, mas se configuram como uma ferramenta viável de desenvolvimento rural e de segurança alimentar. Seja pela valorização da produção local, pela diversa oferta de alimentos ou pelo impacto positivo na economia e nas relações sociais. A estes espaços mais estudos deviam ser destinados, torna-se indispensável o reconhecimento e o fortalecimento das feiras livres como um elemento essencial para a construção de sistemas alimentares alternativos.

Referências

AZEVEDO, Sheila Karla Santos de; SILVA, Inês Machline. Plantas medicinais e de uso religioso comercializadas em mercados e feiras livres no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Acta botânica brasílica**, v. 20, p. 185-194, 2006.

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. (2020). Short food supply chains for promoting local food on local markets. United Nations Industrial Development Organization.

BRANDÃO, Antônio A. et al. Perfil socioeconômico dos consumidores de hortaliças em feiras livres na microrregião de Januária. **Horticultura Brasileira**, v. 33, p. 119-124, 2015.

BRAUDEL, F. O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

CASSOL, A. Instituições sociais e abastecimento alimentar contemporâneo: resgatando a importância socioeconômica das feiras livres tradicionais brasileiras. **Vamos às feiras**, 2021.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sérgio. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 195-218, 2017.

CLAPP, Jennifer. **Titans of Industrial Agriculture: How a Few Giant Corporations Came to Dominate the Farm Sector and Why It Matters**. MIT Press, 2025.

CRUZ, Maria Sirlene da et al. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. spe, p. e245926, 2022.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no Nordeste. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, CE, ano 07, n.13, p. 87-101, jan./jun. 2008.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS [Schneider/Gazolla, Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas], 2017. p. 9-27.

IPES-Food, 2024. Food from somewhere: building food security and resilience through territorial markets. Acesso em 05 de abril de 2025. Disponível em <https://ipes-food.org/wp-content/uploads/2024/06/FoodFromSomewhere.pdf>

LIMA, Romilda De Souza; FONTANA, Ana Paula Cavali. As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 75-100, 2019.

GODOY, Wilson Itamar; DOS ANJOS, Flávio Sacco. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)]**, v. 2, n. 1, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; DE ALMEIDA, Maria Geralda. Vamos às feiras!. **Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**. (1. ed.)—Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

MICHELLON, E.; COSTA, T.; STRÖHER, G. J.; CAMACHO, L. S.; PEREIRA, P. S. Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar – REDIfeira: Uma alternativa para a inclusão socioeconômica das famílias rurais. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco: Anais, 2008.

PEREIRA, Viviane Guimarães et al. Expressões econômicas da feira-livre: perfil e perspectiva dos feirantes. **Revista NUPEM**, v. 15, n. 35, p. 205-225, 2023.

PORTO, Gil Carlos Silveira. Origem, permanência e significados das feiras livres no início do século XXI. **Anekumene**, n. 10, p. 42-51, 2015.

PLOEG, J. D. (2016). Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In F. M. Marques, M. Conterato & S. Schneider (Eds.), *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

RENTING, H., MARSDEN, T., & BANKS, J. (2003). Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment & Planning*, 35, 393-411.

RIBEIRO, E. M. (org.). *Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais*. Fortaleza: BNB, 2007. 244 p.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. O engenho na mesa: indústria doméstica e soberania alimentar no Jequitinhonha mineiro. **Relocalizando**, v. 8, n. 3, p. 12, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-142.

SILVA, Monica Nardine et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, p. 7, 2017.

SONINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, n. 2, p. 181-199, 2006.

SOUZA, Dalyson Henriques Barros et al. FEIRA LIVRE E CULTURA POPULAR: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA OU DE SUBALTERNIDADE?. 2014.